

Revista
PRAIAVERMELHA
Estudos de Política e Teoria Social

v. 23 n. 2
Julho/Dezembro 2013
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 23	n. 2	p. 321-624	Jul/Dez 2013
------------------------	----------------	-------	------	------------	--------------

Transgressores da Reificação: as contribuições de Lukács e Rubin

Fernando Leitão Rocha Junior

RESUMO

A análise contemporânea da sociedade burguesa, de cariz neoliberal-financeirizada, em nível mundial demonstra processos reificantes densamente cristalizados e hiperdimensionados das relações sociais em todas as esferas da vida. Entendemos que o momento atual exige um retorno, aos estudos de autores clássicos e pioneiros da tradição marxista: György Lukács e Isaak Rubin tidos por muitos como messiânicos e malditos. O retorno às suas respectivas obras, ambas publicadas em 1923, *História e Consciência de Classe* e *Ensaio sobre a Teoria Marxista do Valor* fornecem elementos teórico-analíticos que concretamente possibilitam descortinar horizontes férteis indicando vestígios para uma compreensão substantiva dos atuais processos de reificação. A abordagem inédita, até então, sobre a reificação que constitui o núcleo central da problemática lukacsiana em sua referida obra continua relevante. Da mesma forma, o rigoroso e denso tratamento sobre a teoria do fetichismo e seus desdobramentos e nexos para uma efetiva compreensão sobre a teoria do Valor em Marx feito por Rubin, não são anacrônicos e sim atuais. Por isso, ao nosso juízo, reafirmamos que tanto a obra de Lukács como a de Rubin possuem chaves heurísticas de plena vigência que contribuem para descortinar caminhos que efetivamente possibilitem a descoisificação dos sujeitos e a desmercantilização da vida e do mundo.

PALAVRAS-CHAVE

Fetichismo.
Reificação.
Alienação.
Valor.

Recebido em 06/01/14.

Aprovado em 22/07/14.

Reification transgressors: the contributions of Lukács and Rubin

Contemporary analysis of bourgeois society, of neoliberal and financial nature, worldwide demonstrates processes reifying densely crystallized and over dimensioned of social relations in all spheres of life. We understand that the current moment requires a return, to studies of classical authors and pioneers of the Marxist tradition: György Lukács and Isaak Rubin regarded by many as Messianic and bloody. The return to their respective works, both published in 1923, "History and Class Consciousness" and "Essays on Marx's Theory of Value" provide theoretical-analytical elements that specifically allow uncover fertile horizons indicating traces to a substantive understanding of current processes of reification. The approach, unpublished until then, about the reification that constitutes the core of the Lukács's problem in his referenced work is still alive. Similarly, the harsh and rigorous treatment about the theory of fetishism and its offshoots reificantes to a systematic understanding about Marx's value theory made by Rubin, are not anachronistics, but of immediate interest. So, in our opinion, we reaffirm that both the work of Lukács and Rubin have full validity heuristics keys that contribute to uncover ways that effectively allow the end of treatment of the individuals as a thing and the demercantilization of life and the world.

KEYWORDS Fetishism. Reification. Alienation. Value.

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 23	n. 2	p. 549 - 581	Jul/Dez 2013
------------------------	----------------	-------	------	--------------	--------------

*“Já não me convém o título de homem.
Meu nome novo é coisa.
Eu sou a coisa, coisamente.”
Carlos Drummond de Andrade*

Introdução¹

Com a morte de Karl Marx em 1883 e, por conseguinte, a de seu parceiro intelectual, Friedrich Engels em 1895, a produção de ambos cessou, contudo, a autonomização de seus escritos e a perda de controle dos próprios autores, impossibilitados há quaisquer críticas, habilitou um sem número de inscitos e interpretações distintas – com os mais variados vieses teórico-epistemológicos e políticos. Assim, a chamada “tradição marxista”, inaugurada por Marx e Engels já germinava no limiar do século XIX para o XX. Importantes pensadores deram continuidade à tradição marxista, autores como: Lênin, Kautsky, Rosa Luxemburgo, Bukharin, entre outros lavraram suas respectivas obras fazendo jus à perspectiva que defendiam.

Contudo, ao nosso juízo, o ano de 1923 é de relevância para o renascimento da Teoria social inaugurada por Marx. Neste sentido, resgatamos as contribuições de Lukács em *História e Consciência de Classe*, e Isaak Rubin contidas nos *Ensaio sobre a Teoria Marxista do Valor*.

Em suma, à volta e estudo das obras supracitadas, como dissemos, constituem-se num campo fértil de investigações que fornecem pistas para compreendermos o presente e descortinarmos o futuro. Trata-se, de um retorno necessário, devido não apenas ao rigor teórico, densidade e

1 Este artigo é dedicado com muito carinho e admiração ao Grande Mestre e Camarada: *José Paulo Netto*, cuja obra: *Capitalismo e Reificação* configura um guia de estudos atualíssimo e obrigatório para todos aqueles que lutam pela e para a superação do Ordenamento Social regido pela sociabilidade do capital.

relevância destas obras como também pelo fato, de que as problemáticas das mesmas, não foram superadas totalmente pelo tempo, isto é, não são anacrônicas, pelo contrário são atualíssimas e requerem mais do que nunca que as atuais gerações façam um exame rigoroso e denso delas. Consequentemente, através desta ação, acreditamos na possibilidade de uma apropriação adequada de seus conteúdos e suas canalizações para intervenções no terreno teórico e político que não sejam estéreis, idealistas ou abstratas, mas pelo contrário, potencialmente ricas e dotadas de uma práxis “emancipadora e desalienante”.

Lukács e a categoria reificação em *História e Consciência de Classe*

A envergadura teórica de Lukács é inquestionável. Sua vasta contribuição seja no campo da crítica literária, da estética ou da filosofia constitui-se como objeto de estudo de inúmeros pesquisadores do mundo todo. Enfim, a relevância e importância de um dos pilares centrais, nos dizeres de Perry Anderson do chamado “Marxismo Ocidental²”, a saber, a Obra: *História e Consciência de Classe*³ mantém ainda vital atualidade nestas nove décadas que selam a sua primeira edição⁴.

2 A hipótese de Anderson sobre “um certo” *Marxismo Ocidental* é polêmica, pois ao seu juízo as problemáticas tratadas por esta corrente entre as décadas de 1920-1960 ficaram mais no campo de uma certa filosofia abstrata. Ao nosso juízo, as obras dos anos 20, em especial, as tratadas neste artigo são de suma importância para o renascimento e configuração de um novo patamar teórico na tradição marxista. Sobre esta questão ver: ANDERSON, P. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo, Boitempo, 2004. Como também: MERQUIOR, J. *O marxismo ocidental*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

3 A obra *História e Consciência de Classe*, publicada pela primeira vez em 1923 constitui-se por oito ensaios escritos entre 1919 e 1922. Os capítulos são: 1. O que é o marxismo Ortodoxo, 2. Rosa Luxemburgo – Marxista, 3. A consciência de Classe, 4. A reificação e a consciência do Proletariado, 5. Mudança de Função do Materialismo Histórico, 6. Legalidade e Ilegalidade, 7. Notas Críticas sobre a crítica da Revolução Russa de Rosa Luxemburgo e 8. Notas metodológicas sobre a questão da Organização. Após 1967 com uma segunda edição oficial, acrescenta-se à mesma, um denso e explicativo posfácio redigido pelo próprio autor.

4 A obra *História e Consciência de Classe* só obteve uma segunda edição oficial em 1967. Contudo em 1960 o filósofo Kostas Axelos realizou uma edição clandestina pela Les Editions de Minuit. Assim houve um redescobrimto da “obra maldita”. Oficialmente sai em 1967 pela Editons Minuit a segunda edição, em alemão sai edição em 1968 pela Hermann Luchterhand Verlag, em espanhol a primeira edição é realizada em

No nosso entendimento, a obra lukacsiana, *H.C.C* revela-se como uma obra de combate político, de intervenção no campo das ideias, mas não só. Como o próprio Lukács admite no posfácio de 1967: “Foi só com a revolução russa que, também para mim, se abriu uma perspectiva de futuro da própria realidade: desde a queda do czar, mas [principalmente], com a queda do capitalismo” (LUKÁCS, 1974, p.351).

Sobre a obra de Lukács, o importante pensador brasileiro Leandro Konder destaca ao seu juízo, como a problemática da reificação constituiu-se no fio condutor que perpassa de forma substantiva os principais ensaios do livro *H.C.C.*, em suas palavras:

Em Viena [...] trabalha num ensaio destinado a transformar-se num dos textos teóricos mais notáveis do marxismo no nosso século, o ensaio mais extenso e mais importante do livro *História e Consciência de Classe: A reificação e a consciência do Proletariado*. [...] em seu ensaio sobre a reificação, Lukács descobre, por sua conta, um aspecto do pensamento do jovem Marx que não era conhecido, na época, e que só viria a ser divulgado no começo dos anos trinta, quando foram publicados pela primeira vez os Manuscritos Parisienses de 1844. O conceito de reificação – tal como Lukács o desenvolve, a partir da análise marxiana do “fetichismo da mercadoria”, no *Capital* – dá conta das formas especiais assumidas pela alienação. Descrito pelo jovem Marx, quando esta alienação se generaliza através do mercado capitalista. Na sociedade dividida em classes, o homem se aliena no seu trabalho, cria coisas que escapam ao seu controle e se erguem diante deles como força estranha, ameaçadora; no mercado capitalista, os movimentos humanos e as relações entre as pessoas assumem a aparência de coisas (KONDER, 1980, p. 50).

A fertilidade da obra lukacsiana, influenciou também uma importante geração de intelectuais brasileiros⁵. A temática da alienação desdobrada na coisificação contribuiu para uma rica elaboração teórica sobre a teoria

1969 pelo Editorial Grijalbo, em Inglês a obra sai em 1971. Em Portugal, sai em 1974 publicado pela Editora Escorpião. Já no Brasil, necessitamos de 80 anos! Apenas, em 2003 a Editora Martins Fontes publica o referido livro de Lukács.

5 Importante texto sobre a recepção da obra lukacsiana em terras tupiniquins encontra-se em: FREDERICO, Celso. *A presença de Lukács na política cultural do P.C.B e na Universidade* In: *História do marxismo no Brasil. vol II. Os influxos teóricos*. Campinas, Editora da Unicamp, 1995.

da vida cotidiana⁶. Nesta direção, a problemática de um cotidiano alienado, da chamada pseudoconcreticidade⁷ ganha aderência e efetividade do mundo real. O pensador, José Paulo Netto um dos maiores conhecedores e difusores da obra de Lukács no Brasil, ressalta a “teoria da reificação⁸” na obra do filósofo Húngaro:

Para Lukács, a vida social capitalista engendra uma positividade dos fenômenos sociais que mistifica a sua íntima essência: eles tomam a aparência de coisas (reificação) – ultrapassar esta superfície fetichizada, no plano do conhecimento, só é possível a um pensamento articulado à ação que, ela mesma queira ultrapassar os quadros da vida social capitalista. Ou seja: a dialética do marxismo só se sustenta sobre uma prática revolucionária do real (daí a unidade entre teoria e prática) (NETTO, 1983, p. 41).

Já Michael Löwy frisa na obra lukacsiana, em especial, o seu caráter enquanto obra política no qual o eixo problemático situa-se na revolução proletária contra o processo de reificação oriundo do modo de produção capitalista, detalhando que:

[...] enquanto obra política, filosófica e revolucionária, H.C.C continua a ser em nossos dias uma obra prima incomparável porque realiza uma notável síntese dialética entre ser e dever ser, valores e realidade, ética e política, tendências profundas e fatos empíricos, objetivo final e dados imediatos, vontade e condições materiais, presente e futuro, sujeito e objeto (LÖWY, 1979, p.190).

Ademais, de todas as críticas dirigidas a obra *H.C.C* continua ao nosso juízo, como uma obra obrigatória, para todos aqueles que lutam pela

6 Não poderíamos nos esquecer da rica elaboração teórica de Lukács contida na sua obra intitulada: *Estética*. Acessível ao público brasileiro a edição em espanhol do Editorial Grijalbo em 4 volumes. Também recomendamos a leitura do texto de Heller, Agnes. *Sociologia de la vida Cotidiana*. Barcelona: Península. 1977. Para uma síntese introdutória: HELLER, Agnes. *Cotidiano e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 e por último: NETTO, J.P. Para a crítica da vida cotidiana In: NETTO, J.P & BRANT CARVALHO, M.C. *Cotidiano: Conhecimento e Crítica*. 4 ed. São Paulo, Cortez, 1987.

7 Sob forte influência da obra H.C.C o filósofo tcheco Karel Kosik desenvolveu estudo ímpar sobre a pseudoconcreticidade. Ver: KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

8 O estudo da reificação e a suposta teoria da positividade capitalista plasmada por esta verifica-se no importante ensaio de NETTO, José Paulo. *Capitalismo e Reificação*. São Paulo, Livraria e Editora Ciências Humanas, 1981.

emancipação humana. Corroboramos com a assertiva de Löwy: “O Humanismo Marxista, ao contrário, é realista, parte de contradições concretas da sociedade burguesa e mostra a possibilidade objetiva de sua superação emancipadora do proletariado consciente, *única classe capaz de realizar os valores humanos legados e degradados pelo capitalismo*” (LÖWY, 1979, p.206. Grifos nossos).

Por tudo isso, nunca é demais lembrar que Lukács sempre afirmou preferir o “Pior comunismo ao melhor Capitalismo”. Em seu posfácio escrito em 1967 para a 2ª edição de *História e Consciência de Classe*, Ele afirma:

Nunca caí no erro de *deixar que o mundo capitalista acabasse por me subjugar*, erro que pude observar muitas vezes em muitos trabalhadores e intelectuais pequeno-burgueses. *O ódio e o desdém que desde a infância eu nutria pela vida no capitalismo disso me preservou* (LUKÁCS, 1974, p. 351. Grifos nossos).

Esta certeza solidificada e cristalizada em Lukács demonstra o porquê dele nunca ter deixado o mundo do “socialismo real”. Sua monumental obra de 1923 sem “vacilos” e com convicção revela “a missão histórica” do Proletariado, na interpretação de Netto:

Apenas o proletariado, graças a sua posição na sociedade burguesa – que determina a sua missão histórica – a prática revolucionária pode aparecer como projeto consciente. Para tanto, é-lhe preciso romper com a imediatividade (ou seja, a aparência positiva, reificada, coisificada) da vida social, e isto não se faz automaticamente: o proletariado deve avançar de sua consciência individual (psicológica) para o nível de consciência de classe – a consciência possível das transformações que conduzam a libertação da classe e da humanidade. Este salto, regido pela consciência teórica do movimento (o marxismo) e operado na ação, implica o partido, ‘forma de mediação entre a teoria e a prática’ (NETTO, 1983, p. 42).

Devemos ainda dizer que o próprio Lukács em seu posfácio de 1967 a *H.C.C* admite que iniciou os seus estudos sobre a economia política durante a 1ª guerra mundial no sentido de superar “o seu idealismo ético” e seu “anticapitalismo romântico” utilizando-se de suas palavras:

Assim, a ética indicava-me a vida da práxis, da ação e, por conseguinte, da política. E esta, por sua vez, levou-me à economia e à

necessidade de uma fundamentação teórica, afinal, da filosofia do marxismo. Trata-se, naturalmente, de tendências que só lenta e irregularmente se desenvolvem. Esta orientação começou a manifestar-se durante a guerra, depois de ter eclodido a revolução russa (LUKÁCS, 1974, p. 351).

Evidentemente, que sua reflexão em fins dos anos 1960, confere a Lukács uma argumentação muito sólida e consistente sobre os limites e possibilidades históricas de sua obra: *História e Consciência de Classe*, publicada em 1923. Em 1967, o filósofo húngaro detinha amplo domínio e conhecimento sobre as obras de Marx e Engels, em especial, sobre os chamados: *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* de 1844, obra que permaneceu inédita até 1932. Este estudo marxiano é um dos pilares fundamentais para a efetiva elaboração da *opus magnum* lukacsiana, ou seja, a *Ontologia do Ser Social*⁹.

9 Por isso, que o próprio Lukács adverte aqueles que “com uma visão anacrônica” queiram enxergar princípios ontológicos e Ontologia em *H.C.C* irão se frustrar, sua palavras são incontestáveis: *Que a objetividade ontológica da natureza, base ontológica desta troca orgânica, por força desapareça, é coisa evidente*; mas desaparece ao mesmo tempo esta interação que preside à troca entre o trabalho considerado de uma maneira autenticamente materialista e o desenvolvimento do homem no trabalho. A grande ideia de Marx segundo a qual até ‘a produção pela produção não é mais do que o desenvolvimento das forças produtivas humanas e portanto, o desenvolvimento da riqueza da natureza humana como seu próprio fim’ sai fora do domínio de *História e Consciência de Classe* está apto a estudar. (LUKÁCS, 1974, p. 357-58. Grifos nossos). Lukács ainda detalha que: “A crítica de Feuerbach por Marx reforçava ainda a minha atitude. Só que eu não notava que sem um fundamento na práxis real, no trabalho que é a sua forma original e seu modelo, o exagero do conceito de práxis iria necessariamente invertê-lo num conceito de contemplação idealista. E assim, eu queria delimitar à consciência de classe correta e autêntica do proletariado em relação a qualquer ‘sondagem de opinião’ (a expressão, evidentemente, não era ainda usada na época) empírica, conferindo-lhe uma objetividade prática incontestável. Mas só consegui chegar à formulação de consciência de classe ‘adjudicada’. O que eu pretendia com isso era o que Lenine caracteriza em *Que fazer?* Ao dizer que, por oposição à consciência de classe trade unionista, a consciência de classe socialista é trazida aos trabalhadores do ‘exterior [...], isto é, de fora da luta econômica, de fora das esferas das relações entre operários e patrões’ Portanto, o que em mim existia enquanto intenção subjetiva e em Lenine como resultado da análise autenticamente marxista, de um modo prático no interior da totalidade da sociedade, tornou-se na minha exposição, um resultado puramente intelectual, donde algo de essencialmente contemplativo. A inversão da consciência ‘adjudicada’ em práxis revolucionária aparece aqui como puro milagre” (LUKÁCS, 1974, p. 358-59).

O filósofo húngaro admite:

Há, é certo, *um esforço para explicar todos os fenômenos ideológicos a partir da sua base econômica, mas a economia é empobrecida*, visto que se elimina a sua categoria marxista fundamental, *o trabalho como mediador da troca orgânica entre a sociedade e a natureza*. É essa a consequência natural da minha atividade metodológica fundamental. Dela resulta que os mais importantes pilares reais da concepção marxista de mundo desapareçam, e que a tentativa para extrair com a mais extrema radicalidade as consequências revolucionárias do marxismo perca forçosamente qualquer verdadeira justificação econômica (LUKÁCS, 1974, p. 357. Grifos nossos).

Ainda, a partir de seu posfácio de 1967 a *H.C.C.*, importantes observações feitas por Lukács merecem ser explicitadas, dentre elas, a forte herança hegeliana como marca indelével nesta obra e como isso afetou de forma decisiva sua reflexão filosófica, pois seu entendimento partia das “estruturas complexas” da economia mercantil e evoluída e não do *Trabalho como chave heurística para a compreensão da sociedade*. Segundo ele:

Esses deslizes filosóficos são o preço pago do ponto de vista errôneo que *História e Consciência de Classe* adotou para a sua análise dos fenômenos econômicos: não o trabalho, mas estruturas complicadas da economia mercantil evoluída. Isso desde logo lhe impede elevar-se filosoficamente às questões decisivas, como sejam as relações entre a teoria e a práxis, o sujeito e o objeto¹⁰ (LUKÁCS, 1974, p. 360).

Consequentemente, implicações que redundaram, numa influência positiva do livro advinda do tratamento sistemático, que o filósofo húngaro conferiu à categoria de *Alienação*¹¹, mesmo sobre forte cariz hegeliano, são enaltecidas por ele:

10 Contudo, esta mesma “herança hegeliana” contribuiu para que Lukács conferisse um papel central à *categoria de totalidade* em sua obra: Um dos grandes méritos de *História e Consciência de Classe* foi com certeza o de ter dado à categoria da totalidade [...] o lugar metodológico central que sempre ocupara na obra de Marx. [...] *História e Consciência de Classe* represente talvez a tentativa mais radical da época para reatualizar o caráter revolucionário do marxismo reatando com a dialética hegeliana e o seu método e desenvolvendo-os (LUKÁCS, 1974, p. 360-61).

11 O tratamento da categoria de Alienação em *História e Consciência de Classe* é de cariz hegeliano. Sabe-se que com a publicação da obra marxiana em 1932, *Manuscritos Econômicos Filosóficos de 1844*, o tratamento conferido a categoria de Alienação é em Marx distinto do feito por Hegel. Lukács em suas obras da maturidade ira incorporar o entendimento de Marx sobre esta questão. Há uma controvérsia sobre as traduções

[...] para a influência que este livro mereceu na época, como para a sua eventual atualidade, um problema há que, para além de todas as considerações de pormenor, é de importância decisiva: *o da alienação, que pela primeira vez desde Marx, nele é tratada como questão central da crítica revolucionária do capitalismo cujas raízes, tanto do ponto de vista da história da teoria como do método são reportadas a dialética de Hegel* (LUKÁCS, 1974, p. 362. Grifos nossos).

Ademais, Lukács ainda demonstra como Hegel é de fato o primeiro pensador moderno a colocar a problemática da *Alienação* como uma questão fundamental “da posição do Homem no mundo, para com o Mundo” e como em sua obra a relação de identidade entre sujeito-objeto advém da lavra hegeliana:

o próprio problema [da Alienação] é tratado (hoje é bastante fácil vê-lo) no mais puro estilo hegeliano. Antes [de tudo], o seu fundamento filosófico último é constituído pelo sujeito-objeto idêntico realizando-se no processo histórico. É verdade que no próprio Hegel o sujeito-objeto nasce por via lógico-filosófica, atingindo o espírito absoluto, o grau supremo na filosofia, com o recolher da alienação e [com o retorno da consciência de si a mesma] realiza

para a língua portuguesa dos termos alemães *Enttäusserung* e *Entfremdung*. Para Hegel não há diferença substantiva entre os termos *Enttäusserung* e *Entfremdung*. Pois, sua filosofia de caráter idealista objetiva (configurada na identidade entre sujeito-objeto) faz com que os termos efetivamente sejam equivalentes. A filosofia hegeliana apregoa que toda objetivação (*Enttäusserung*) como a alienação (*Entfremdung*) implicam no fundo na mesma coisa. Noutras palavras, para Hegel, o ‘Espírito Absoluto’ ao negar a si mesmo, exterioriza-se e se auto-aliena, desta forma, a exteriorização é sempre negativa, é sempre alienada. A forma de superação desta alienação dar-se-á na sua reconciliação, ou seja, o Espírito Absoluto nega o mundo, nega a alienação e reconcilia com si mesmo no mundo ideal, em suma, a sua reconciliação como superação da exteriorização e alienação. Já Marx utiliza os termos *Enttäusserung* e *Entfremdung*, de forma distinta. Para Marx nem toda objetivação (*Enttäusserung*) é necessariamente ruim, e por isso não se configura como sinônimo de alienação (*Entfremdung*). Este último, significa necessariamente uma objetivação/exteriorização ruim, negativa, isto é, *alienada* ou *estranhada*. Por esta razão, não podemos em Marx utilizar os termos *Enttäusserung* e *Entfremdung* como meros sinônimos para expressar a alienação ou estranhamento. Sobre esta questão, ver: FREDERICO, Celso. O jovem Marx: As origens da ontologia do ser social. São Paulo: Cortez, 1995, bem, como MÉSZÁROS, István. *Marx: A teoria da Alienação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981 e de forma didática o estudo de BORGIANI, Elisabete. *Sobre a diferença de objetivação e alienação em Marx*. In. Serviço Social e Sociedade nº56, São Paulo, Cortez, 1998.

assim, o sujeito objeto idêntico. Para *História e Consciência de Classe*, pelo contrário, este processo deve ser social e histórico, culmina no fato de o proletariado atingir este [estágio] na sua consciência de classe ao tornar-se sujeito-objeto idêntico da História (LUKÁCS, 1974, p. 362-63).

Para avançarmos nesta questão, devemos sinalizar que Lukács afirma seguir a concepção hegeliana de Alienação em sua obra *H.C.C.*, especificamente, identificando o termo Alienação como objetivação, neste sentido, em seu posfácio enumera as implicações e equívocos teóricos que cometera:

Enquanto tal, a objetivação não é, evidentemente, nem boa, nem má: o que é de certo é tanto objetivação como o que é de errado, tanto o é a libertação como a servidão. A relação objetivamente social de alienação e todas as marcas subjetivas da alienação interior que são sua consequência necessária só surgem quando as formas objetivadas assumem na sociedade funções que põem a essência do homem em oposição ao seu ser, que oprimem, deformam, desfiguram, etc., a essência do homem pelo ser social. Ora, em *História e Consciência de Classe* esta dualidade não era percebida. Donde resulta o que há de falso e de coxo na sua concepção fundamental da filosofia da história. (Nota-se de passagem que o fenômeno da reificação, estritamente aparentado com a alienação, sem lhe ser idêntico, nem conceptual nem socialmente, foi também utilizado como seu sinônimo) (LUKÁCS, 1974, p. 364-65).

Por isso, Lukács (1974, p. 356) admite que o ensaio: “a reificação e a consciência do proletariado” e “notas metodológicas sobre a questão da organização” são os mais importantes de seu livro¹².

12 Contudo, também recomenda o ensaio “O que é o marxismo ortodoxo?”. De acordo com Lukács: “As notas introdutórias ao primeiro artigo dão já uma determinação da ortodoxia no marxismo que segundo as minhas convicções atuais não só é objetivamente correta, mas poderia ter ainda hoje na véspera de um renascimento do marxismo, uma importância considerável [...] o marxismo ortodoxo não significa, pois, uma adesão sem crítica aos resultados da pesquisa de Marx, não significa uma “fé” numa ou noutra tese nem a exegese de um livro “sagrado”. A ortodoxia em matéria de marxismo, pelo contrário, refere-se exclusivamente ao método. Implica a convicção científica de que, com o marxismo dialético, se encontrou o método de investigação correto, de que este método só pode ser desenvolvido, aperfeiçoado e aprofundado no sentido de seus fundadores” (LUKÁCS 1974, p. 365-66). Apenas em 1925, num artigo de crítica a Bukharin, Lukács admite possuir um amplo domínio da Economia, diferentemente de Isaak

Tentando fugir de jargões e clichês abstratos, defendemos que a obra *H.C.C* não está totalmente superada, ou seja, não padeceu e não se tornou anacrônica. Pelo contrário, ela põe e repõe problemas de vigência atual, em especial, a reificação que tem se exacerbado nos últimos 90 anos, bem como, a defesa radical do “marxismo ortodoxo” no que tange, *ao método* como a práxis política e, protagonista da classe trabalhadora. Por isso, acusar a obra lukacsiana, *H.C.C*, de sectária, dogmática, esquerdista é o caminho mais fácil e trata-se de uma desqualificação deletéria que politicamente fortalece não ao projeto da transformação e superação da ordem capitalista, e sim o contrário, isto é, a sua conservação. Nesta direção, faremos a seguir alguns apontamentos sobre a problemática da reificação contida em *H.C.C*. em especial no capítulo intitulado: *a reificação e a consciência do proletariado*. Neste capítulo em especial Lukács faz inúmeras reflexões no sentido de articular o fenômeno da reificação através do desdobramento do fetichismo da mercadoria, bem como, o processo universal de mercantilização como mola mestra da sociedade burguesa:

[...] há que tornar bem claro que a questão do fetichismo é uma questão específica da nossa época e do capitalismo moderno [...] a forma mercantil deve, por isso, como assinalamos - penetrar o conjunto das manifestações vitais da sociedade e transformá-las à sua imagem, em vez de estabelecer uma ligação exterior entre os processos, por isso mesmo independentes dela e orientados para a produção de valores de uso (LUKÁCS, 1974, p. 98-99).

Em diversas partes deste capítulo, Lukács recorre à obra marxiana, em especial, ao *Capital: crítica da Economia Política* para explicitar os seus ar-

Rubin que em 1923 ao publicar o livro *Ensaio sobre a Teoria Marxista do Valor* detinha um profundo e denso domínio da Economia Política bem como sua Crítica. Segundo Lukács: “o aspecto mais positivo desta recensão é a concretização das minhas próprias convicções no domínio da economia: manifesta-se nomeadamente, na polêmica contra a concepção, muito divulgada, segundo a qual seria preciso ver na técnica o princípio objetivamente motor e decisivo do desenvolvimento das forças produtivas, concepção partilhada tanto pelo positivismo burguês como pelo materialismo vulgar comunista. Há nisso um fatalismo histórico, uma eliminação do homem e da práxis social, uma ação da técnica como “força da natureza” social, como sistema de ‘leis naturais’. A minha crítica não se desenvolve apenas ao nível concreto, como frequentemente acontece em História e Consciência de Classe: já não oponho as contra forças voluntaristas e ideológicas ao fatalismo mecanicista, antes tento fazer ver nas forças econômicas o fator social diretor que determina a própria técnica” (LUKÁCS, 1974, p. 373).

gumentos sobre a reificação. Um dos trechos mais ilustrativos e substâncias para o seu argumento diz:

Marx descreve o fenômeno da reificação nos seguintes termos: “o carácter misterioso da forma mercantil consiste, pois, simplesmente, no facto de ela revelar aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como propriedades naturais dessas coisas e por conseguinte, também a relação social entre os produtores e o conjunto de seu trabalho, como relação social exterior a eles, relação entre objetos. Por este quiproquó, os produtos do trabalho tornam-se mercadorias, coisas suprassensíveis, se bem que sensíveis ou coisas sociais ... e não é senão a relação social determinada dos próprios homens que para eles reveste aqui a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas (LUKÁCS, 1974, p. 100).

Lukács avança ainda no entendimento da mercantilização e coisificação da força de trabalho:

torna-se uma mercadoria regida pela objetividade das leis sociais naturais estranhas aos homens [...] o que caracteriza pois a época, diz Marx, é a força de trabalho ... toma para o próprio trabalhador a forma de uma mercadoria que lhe pertence. Por outro lado, só neste momento se generaliza a forma mercantil dos produtos do trabalho. A universalidade da forma mercantil condiciona, pois, tanto no plano subjetivo como no plano objetivo, uma abstração do trabalho humano que se objetiva nas mercadorias (LUKÁCS, 1974, p. 101).

Embora, alguns autores como Nobre (2001) apontem os limites da reificação na obra lukacsiana bem com a sua forte influência de Hegel, mas também de Max Weber em especial na discussão sobre “o cálculo racional” bem como, as técnicas utilizadas na produção capitalistas pautadas pelos princípios tayloristas, Lukács afirma que: “O homem não aparece nem objetivamente, nem no seu comportamento, em relação ao processo de trabalho como verdadeiro portador deste processo, está incorporado como parte mecanizada num sistema mecânico que encontra pela frente, acabado e a funcionar em total independência relativamente a ele, a cujas leis têm de se submeter” (LUKÁCS, 1974, p. 103).

Fica evidente que, *o Homem*, indivíduo vivo e ativo do processo de produção tornou-se subordinado e subsumido na sociedade burguesa; como Lukács enfatiza: “a calculabilidade, a mecanização racional penetrou até a alma dos trabalhadores” e mais adiante denuncia que “o tempo é tudo, o homem já não é nada; é quando muito mera carcaça do tempo”.

Em suma, ao passo que avança a ordem burguesa, os fenômenos pertinentes ao processo de reificação são exponenciados, Lukács corrobora esta assertiva: “Assim como o sistema capitalista se produz e reproduz economicamente em escala cada vez mais alargada, também no decurso da evolução do capitalismo, a estrutura da reificação penetra cada vez mais profundamente, fatalmente constitutivamente, na consciência dos homens” (LUKÁCS, 1974, p. 108).

Evidentemente, os processos reificados, ao abarcarem a totalidade da vida social na ordem do capital, direcionam todas as expectativas possíveis para o único caminho possível, a produção de *mais e mais* capital, e compulsoriamente *mais e mais* reificação. Assim, para Lukács:

[...] o mundo reificado aparece, daí em diante, de maneira definitiva [...] como o único mundo possível, o único conceitualmente apreensível e compreensível que nos é dado, que é dado aos homens. E quer isso suscite a transfiguração, a resignação ou o desespero, quer se procure eventualmente um caminho que, pela experiência mística irracional, conduza a vida, absolutamente nada se pode alterar na essência desta situação de fato (LUKÁCS, 1974, p.125).

É importante, novamente frisar que em 1923, *os Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*¹³ de Marx eram totalmente desconhecidos e inéditos. Desta forma, Lukács recorrendo apenas às obras marxianas e engelsianas publicadas até o presente momento, evoca a obra, *a Sagrada Família*, es-

13 Uma observação feita por Lukács em seu riquíssimo posfácio de *H.C.C* refere-se ao impacto que ocasionou em Lukács a descoberta e o contato com os manuscritos marxianos de 1844. Para Lukács: “[...] me torno em 1930, colaborador científico do Instituto Marx-Engels de Moscou... [pude] ler páginas já completamente decifradas dos *Manuscritos Econômico Filosóficos* [...] a leitura do texto de Marx arrasou todos os meus preconceitos idealistas de *História e Consciência de Classe*. É certo que já teria podido encontrar nos seus outros textos oportunidade para esta transformação teórica. Mas isso não acontecera obviamente porque eu então os lia sob uma interpretação hegeliana, e só um texto inteiramente novo poderia provocar este choque. [...] Seja como for posso lembrar-me ainda hoje do efeito perturbador que tiveram em mim as frases de Marx sobre a objetividade como propriedade material primária de todas as coisas e de todas as relações. A isso se somou a compreensão, já exposta aqui, de que toda objetivação é um modo natural – positivo ou negativo, conforme o caso de domínio humano do mundo, ao passo que alienação é um desvio especial em condições sociais determinadas” (LUKÁCS, 1974, p. 375-76).

crita por Marx e Engels como sendo “o embrião da teoria da alienação” de Marx. Nesta direção, são extraídos argumentos desta obra para que se possa corroborar a formulação lukacsiana sobre os processos de alienação e doravante reificação na ordem burguesa, sinalizando que:

[...] a reificação tem necessariamente de se exprimir nelas de forma mais flagrante e mais aguda, produzindo a mais profunda desumanização, o proletariado compartilha, pois, a reificação de todas as manifestações de vida com a burguesia. Diz Marx: “a classe possuidora e a classe do proletariado evidenciam a mesma alienação [do homem de si mesmo]. A primeira destas classes sente-se, porém, à vontade nesta alienação de si e sente-se confirmada por ela, sabe que alienação é o seu próprio poder e possui nela aparência de uma existência humana; a segunda, sente-se aniquilada pela alienação, apreende nela a sua impotência e a realidade de uma existência desumana (LUKÁCS, 1974, p. 169).

Ainda neste capítulo do Livro *H.C.C.*, o jovem Lukács, com então 38 anos, retoma discussões sobre método que foram trabalhadas no capítulo intitulado, *O que é o marxismo ortodoxo?* Categorias como: totalidade, mediações, aparência, essência, são novamente problematizadas à luz das “antinomias do pensamento burguês”. Segundo Lukács:

[...] o fato patente de só se poder conhecer, atingir e descrever a própria realidade histórica segundo um processo complicado de mediações parece contradizer isto. Contudo, [é preciso] não esquecer que imediaticidade e mediação [já são] momentos de um processo dialético, que cada grau do ser (e da atitude de compreensão a respeito) tem sua imediaticidade no sentido da *Fenomenologia*; em relação ao objeto imediatamente dado, temos que nos comportar de modo igualmente imediato e receptivo, isto é, nada podemos alterar na maneira como se apresenta. A única maneira de sair desta imediaticidade é a gênese, a produção do objeto. No entanto, isso pressupõe já que se mostram as formas de mediação, nas e pelas quais se sai da imediaticidade da existência dos objetos dados, como princípios estruturais da construção e como tendências reais dos próprios objetos, que portanto gênese em pensamento e gênese histórica coincidem, segundo o seu princípio (LUKÁCS, 1974, p. 174-75).

Mais uma vez, ao retomar a análise da vida cotidiana e especificamente a relação social de produção que se estabelece entre o operário e o capitalista, Lukács elucida como a reificação aparece como uma roupagem, um invólucro que ofusca esta relação alienante e contraditória:

Em todos os momentos da vida cotidiana em que o operário particular imagina ser o sujeito da sua própria vida, a imediaticidade da sua existência acaba por destruir esta ilusão [...]. Assim, o carácter reificado do modo imediato de aparecimento da sociedade capitalista atinge o paroxismo para o trabalhador. Justo: também para o capitalista existe esse desdobramento da personalidade, essa cisão do homem em elemento do movimento das mercadorias e espectador (objetivamente impotente) do mesmo movimento. Mas, para a consciência, toma necessariamente a forma de uma atividade que, embora objetivamente pura aparência, é produto do sujeito. Esta aparência oculta-lhe a verdadeira situação, enquanto para o trabalhador, a quem recusa esta margem interior de uma atividade ilusória, a cisão do sujeito conserva a forma brutal de uma sujeição tendencialmente ilimitada [...]. No problema da duração do trabalho, precisamente, vê-se [claramente] que a quantificação é um invólucro reificante que se estende sobre a essência verdadeira dos objetos e não pode passar, em geral, por forma objetiva da objetividade, a não ser que o sujeito que está em relação contemplativa ou (aparentemente) prática com o objeto não esteja interessado na essência do objeto (LUKÁCS, 1974, p. 185-86).

Explicitando de forma mais detalhada que:

[...] o carácter específico do trabalho enquanto mercadoria, que, sem tal consciência, é um motor desconhecido da evolução econômica, objetiva-se através dela. Mas, ao manifestar-se, a objetividade especial desta mercadoria que sob, um invólucro reificado é uma relação entre homens, sob uma crosta quantitativa, um núcleo qualitativo vivo, permite revelar o carácter fetichista de toda a mercadoria que se baseia no carácter mercantil da força de trabalho. O núcleo de todas as mercadorias, a relação entre homens atua como fator na evolução social (LUKÁCS, 1974, p. 189).

Para Lukács, categoricamente “o capítulo de *O Capital* sobre o carácter fetichista da mercadoria contém todo o materialismo histórico, todo o conhecimento de si do proletariado como conhecimento da sociedade capitalista (e das sociedades anteriores como etapa que a ela conduzem)” (LUKÁCS, 1974, P. 190). O caminho aberto por Marx especialmente por meio d’ *O Capital* e pavimentado por Lukács em *H.C.C* inspirou diversos pesquisadores e intelectuais, dentre eles, Lucien Goldmann, que em seu livro *Dialética e Cultura* faz de forma genial uma síntese muito apropriada sobre o processo de reificação:

‘Um par de calçados custa cinco mil francos’. É a expressão de uma relação social e implicitamente humana entre o criador de gado, o curtidor do couro, seus operários, seus empregados, o revendedor, o negociante, de sapatos e, finalmente, o último consumidor. *Mas nada disso é visível;* a maioria desses personagens *não se conhece e até se ignora [a] existência [uns dos outros].* Ficariam todos espantados de saber da *existência de um laço que os une.* Tudo isso se exprime por um só fato: *‘um par de calçados custa cinco mil francos’* (GOLDMANN, 1979, p. 122. Grifos nossos).

Por tudo o que foi dito sobre a reificação Lukács conclui que:

A reificação é pois a realidade imediata necessária para todo e qualquer homem que viva na sociedade capitalista e só pode ser superada por um esforço constante e constantemente renovado para provocar a [ruptura] prática da estrutura reificada da consciência, por uma relação concreta com as condições que se manifestam concretamente na evolução de conjunto, por uma tomada de consciência do sentido imanente de tais contradições para essa mesma evolução de conjunto. [...] a ação prática do proletariado será pois, a realização prática e concreta do passo seguinte da evolução. O caráter decisivo ou episódico deste passo depende das circunstâncias concretas, o que não tem importância quando se trata, como agora acontece, do conhecimento da estrutura, uma vez [que], o que está em jogo é o processo ininterrupto destas rupturas” (LUKÁCS, 1974, p. 219-20. Grifos nossos).

Nesta direção, ao evocar o postulado engelsiano, o jovem filósofo húngaro diz: “a prova do pudim, é comê-lo” detalhando que: “Mas este [pudim] é a constituição do proletariado como classe: *a transformação prática da sua consciência de classe em realidade* [...] só esta compreensão nos permite prospectar e elucidar os últimos vestígios da estrutura reificada da consciência e da sua expressão teórica, o problema da coisa em si¹⁴” (LUKÁCS, 1974, p. 221. Grifos nossos).

14 Por isso para Lukács: “o pensamento e o ser só são idênticos no sentido em que se correspondem um ao outro, são paralelos ou coincidem. Todas estas expressões são apenas ocultas de uma dualidade rígida, a sua identidade consiste em serem momentos de um único processo dialético e histórico. O que a consciência do proletariado reflete é, pois, o elemento positivo e novo que brota da contradição dialética da evolução capitalista. Não é, portanto, algo que o proletariado invente ou crie a partir do nada, pelo contrário, é a consequência do processo de evolução na sua totalidade; porém este elemento novo só deixa de ser uma possibilidade abstrata para se tornar uma realidade concreta quando o proletariado eleva sua consciência e a torna prática. [...] só a consciência de

Assim sendo, Lukács, conclui seu capítulo, com um dilema que passados mais de 90 anos continua atualíssimo, a despeito de sua reflexão encharcada pelo hegeliano, isto é, ‘a prova do pudim’ precisa ser realizada! Nesta direção, ação dos sujeitos históricos via uma prática rica que supere a *XI – tese sobre Feuerbach* (Sobre os filósofos que se limitaram a interpretar o mundo, e a sua necessidade de não apenas interpretá-lo e sim de transformá-lo!) continua com plena validade, não apenas para a reflexão teórica e crítica, mas como ponto de partida no campo da política cujo sujeito histórico central neste processo, continua sendo o PROLETARIADO, e este, por conseguinte, através de uma práxis transformadora continua como protagonista da História para que continuemos a pavimentação da estrada para o Socialismo e doravante o Comunismo, por isso:

[...] só a sua própria ação [PROLETARIADO] pode ser a transformação e a libertação ‘que o próprio educador tem que ser educado’. A evolução econômica teria necessariamente que gerar a posição do proletariado no processo de produção, posição [determinante do] seu ponto de vista: mas a evolução objetiva teria necessariamente [que] dar ao proletariado a possibilidade e a necessidade de transformar a sociedade. *E esta mesma transformação terá necessariamente que vir da ação livre do próprio proletariado* (LUKÁCS, 1974, p. 231. Grifos nossos).

Isaak Rubin: a teoria do fetichismo e suas conexões com a reificação

A maior obra de Isaak Illich Rubin foi publicada originalmente em 1923 na “jovem União Soviética”. O livro chamado *Ensaio sobre a Teoria Marxista do Valor* – recebeu no Brasil o título de: “Teoria Marxista do Valor”. Nunca é demais lembrar, que assim como a obra lukacsiana, *História e Consciência de Classe*, publicada originalmente em 1923 (cuja 2ª edição oficial ocorre em 1967), o importante estudo de Rubin ficou cerca de 50 anos no limbo, isto é, quase meio século no ostracismo¹⁵.

classe do proletariado tornada consciência prática possui esta função transformadora [...]. A sua essência dialética só pode consistir na tendência para a prática, na orientação para as ações do proletariado; deve ser criticamente consciente da sua própria tendência para a imediatividade, tendência imanente a toda a atitude não prática e esforçar-se sempre por esclarecer criticamente as mediações, as relações com a totalidade enquanto processo e a ação do proletariado como classe” (LUKÁCS, 1974, p. 227).

15 Como lembra Netto: “O lugar – comum segundo o qual História e Consci-

Apenas, no início dos anos setenta, com a tradução inglesa feita por Fredy Perlman e Milos Samardzija, o chamado “mundo ocidental” teve acesso à “seminal” obra rubiniana. Aqueles privilegiados que tiveram acesso antes da década de 1970, à edição em russo do livro de Rubin, como por exemplo, Roman Rosdolsky, reconhecem a “densidade” e relevância da mesma para o “renascimento do marxismo” e os expurgos da visão tosca e rudimentar das teses escolásticas postuladas pelo marxismo vulgar, em especial sobre a abordagem marxiana, concernentes ao problema do valor¹⁶ e bem como a temática do fetichismo da mercadoria¹⁷. Recorrendo à apresentação brasileira da referida obra, o Professor Luiz Gonzaga Mello Belluzzo afirma:

A teoria Marxista do Valor de Isaak Rubin é a mais bem sucedida tentativa de diferenciar a problemática marxista do valor daquela proposta pelos economistas clássicos [...]. Marx ao contrário dos clássicos, não toma o valor como essência da naturalidade da sociedade, mas sim como a expressão de uma sociedade em que o indivíduo só existe enquanto produtor de valor de troca, o que implica a negação absoluta de sua existência natural. Assim, a produção de valor de troca já inclui em si a coerção ao indivíduo (BELLUZZO In: RUBIN, 1980, p.11).

ência de Classe e Marxismo e Filosofia constituem as ‘obras malditas’ do marxismo do século XX’ se tem procedência ao indicar – além de suas bases teóricas similares e algumas de suas implicações prático-políticas aproximadas – o verdadeiro exílio a que elas foram condenadas na tradição marxista” (NETTO, 2008, p.12-13). Nesta direção acrescentaríamos ao argumento de Netto a obra: *Ensaio sobre a Teoria Marxista do Valor*, de Isaak Rubin que embora na Rússia tenha tirado três edições até 1928, Na Europa Ocidental (Alemanha, França, Inglaterra) como também nos Estados Unidos, a mesma ficou desconhecida até o início da década de 1970.

16 É importante frisar o importante ensaio realizado em 1907 por Rudolf Hilferding sobre a transformação de valores em, preços de produção dirigido contra Böhm-Bawerk edita na coletânea: *Economia Burguesa y Economia Socialista*. Córdoba/Argentina, Pasado y Presente, 1974.

17 Na apresentação a obra de Isaak Rubin para o mundo ocidental. Fredy Perlman realiza uma exposição muito fecunda sobre a problemática do fetichismo da mercadoria. Infelizmente a edição brasileira da Obra de Rubin não contém a apresentação de Freddy Perlman. Por isso, recomendamos ver. Perlman, F. *El fetichismo de la mercancia*. In: RUBIN, I.I. *Ensayos sobre la teoria Marxista del Valor*. Córdoba/Argentina, Pasado y Presente, 1974.

Assim como Lukács, Rubín também elevou o patamar das discussões no seio da tradição marxista. É inegável a relevância desta obra. Sendo assim, a mesma significou nos anos de 1920 uma tentativa original na interpretação da obra Marxiana. O pensador Nelson Brissac Peixoto em seu livro: *Sedução e Barbárie: o marxismo dos anos vinte* reconhece o mérito de Isaak Rubín:

I. Rubín faria aí, junto com E. Preobrajensky, talvez um dos últimos e mais consistentes esforços de retono a Marx. Ao retomar, como fizera Hilferding, a problemática da conexão entre o trabalho despendido e o valor das mercadorias, a crítica à pressuposição de Marx de que o ato de troca expressa a igualdade das mercadorias permutadas seria para sustentar a ideia básica de Marx de que o cálculo do trabalho se faz pela medida do valor da mercadoria numa outra equivalente. O “fundamento dialético” da teoria do valor deve ser buscado por Rubín, na teoria do fetichismo (BRISSAC PEIXOTO, 1982, p. 107).

Nesta direção, a abordagem até então pouco estudada sobre a relevância da Teoria do fetichismo na Obra de Marx, faz de Isaak Rubín, uma das referências ainda hoje obrigatórias para um estudo rigoroso e efetivo sobre o fetichismo da mercadoria¹⁸ e suas manifestações via os processos cada vez mais densos de reificação que perpassam todas as esferas da vida cotidiana no Mundo atual. Também para Cutler et al. a obra de Rubín é

18 A estrutura do livro de Rubín divide-se em duas partes. A primeira parte se constitui por sete capítulos cuja temática central consiste na abordagem da reificação das relações sociais que configuram a Teoria do Fetichismo da Mercadoria. Sobre este assunto, Brissac Peixoto afirma: “Para Rubín a objetividade do valor provém de ele ser o modo de existência “coisificado! único possível do trabalho abstrato: *a ‘teoria do valor’ de Marx se vincula diretamente a sua teoria do fetichismo*” (BRISSAC PEIXOTO, 1982, p. 111. Grifos nossos). Já a segunda parte da obra rubiniana faz uma densa análise sobre a Teoria do Valor-Trabalho em Marx. São onze capítulos onde se discute com forte inspiração hegeliana o Valor, o Trabalho Abstrato, o Trabalho Produtivo, O Trabalho Improdutivo bem como a espinhosa e densa problemática sobre a Transformação dos Valores em Preços de Produção. Neste sentido, corroboramos com a assertiva de Cutler et al: “o texto de Rubín é, *possivelmente a mais séria e sistemática tentativa de apresentar e defender a teoria do valor de Marx, fora do próprio O Capital*” (CUTLER et al., 1980, p.71. Grifos nossos). Indicamos ainda o livro de Alfredo Saad filho, que dedica um capítulo sobre as interpretações da Teoria Marxista do Valor no qual a concepção de Isaak Rubín é estudada, ver sua obra: O valor de MARX. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. Em especial o capítulo II.

significativa: “o ponto de partida de Rubín, a teoria do fetichismo, e sua categoria central, coisa/pessoa, não é portanto acidental. A apresentação de Rubín do papel da teoria do fetichismo em *O capital* é, em geral exata” (CUTLER et al. 1982, p. 77).

A obra de Rubín, do nosso ponto de vista, rompe com a vulgarização e esquematismo do ideário tematizado sobre a teoria do fetichismo da mercadoria, bem como sua conexão vital com a Teoria do Valor, diferentemente de diversas correntes do chamado “marxismo vulgar” ao simplificar a obra marxiana transformando-a numa cartilha grotesca, contribuíram não para a difusão e conhecimento da obra de Marx e sim para a sua deturpação. Ao nosso juízo, Rubín realizou um denso, detalhado e rigoroso estudo que paradoxalmente foi refém de seu tempo histórico. Não diferente das acusações sofridas por Lukács (em seu livro *H.C.C.*) o preço político pago por Rubín materializou-se em acusações de idealismo mencheviques, acusações de traição, prisão, tortura e morte. As palavras de Cutler et al. são esclarecedoras!: “Ele [Isaak Rubín] foi mais um dos inúmeros marxistas capazes que tiveram morte precoce e injustificável nas mãos de Stálin e da NKVD” (CUTLER et al, 1980, p.76).

Retomar o estudo de Isaak Rubín de forma rigorosa, ao nosso juízo, se constitui como uma tarefa necessária. Pois, enquanto ponto de partida, *Ensaio sobre a teoria marxista do Valor*, possui elaborações fecundas, criativas e férteis que devem ser absorvidas e incorporadas pela atual “tradição marxista” e conseqüentemente, proporcione o avanço no entendimento efetivo das conexões tão mistificadas, reificadas, financeirizadas e que potencializam a exploração/superexploração da força de trabalho e assim, a extração do *mais-valor*. Estes fenômenos que permeiam a sociedade burguesa de forma muito vigorosa nesta segunda década do século XXI precisam ser compreendidos de modo substantivo e concomitantemente no terreno da política, transformados em ações não só propositivas como também interventivas na esfera da “Grande Política” criando fissuras, minando os arcabouços que edificam o modo de produção capitalista e conseqüentemente, possibilitem a sua superação, por um ordenamento social que vise efetivamente a plena emancipação humana, rompendo assim com a exploração do homem pelo homem.

Por conseguinte, entendemos ser crucial nesta parte do nosso artigo evidenciar como a obra de Isaak Rubín conferiu um tratamento “adequa-

do¹⁹”, ou seja, denso, rigoroso e cuidadoso sobre o problema do Fetichismo da Mercadoria e reificação das relações sociais na obra marxiana. Ademais, não seria nenhuma pretensão nossa afirmar que, ao nosso juízo, a obra rubiniana possui significativos elementos teóricos, analíticos e históricos para ser classificada como uma das obras que inauguram o “Renascimento do Marxismo”.

Logo no início de seu livro, colado na análise da obra marxiana, Rubín afirma:

“Marx não mostrou apenas que as relações humanas *eram encober-
tas por relações entre coisas*, mas também, que, *na economia mercantil,
as relações sociais de produção assumem inevitavelmente a forma de coisas
e não podem se expressar senão através de coisas*”. (RUBÍN, 1980, p.
19-20. Grifos nossos).

Detalhando que:

“A estrutura da economia mercantil leva as coisas a desempenharem um papel social particular e extremamente importante e, portanto, a adquirir propriedades sociais específicas [...] Marx descobriu as bases econômicas que regem o fetichismo da mercadoria”. (RUBÍN, 1980, p. 20).

Sabemos que as inferências de Rubín estão presentes na obra de Marx: *O Capital: crítica a Economia Política*, em especial no primeiro capítulo: *A mercadoria*²⁰. Nunca é demais lembrarmos o próprio Marx: “a riqueza das

19 Queremos registrar neste momento que as condições históricas e políticas vividas por Isaak Rubín nos anos de 1920. Sabe-se que o pós Primeira Guerra Mundial, os anos iniciais da Revolução Bolchevique configuram um período de enorme turbulência, agito e efervescência na então criada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Nos anos 20, obras substantivas de Marx e Engels, ainda eram inéditas. Rubín em 1923 não conhecia os famosos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844* (este só terá uma primeira edição em 1932). O pensador russo também não teve acesso à Obra de Marx e Engels, *A Ideologia Alemã* (que foi publicada em 1932) como ainda os famosos *Grundrisse* (só publicados em 1939-1941). Mesmo diante deste quadro, sua obra é de envergadura ímpar e por nós, considerada um clássico do renascimento do Marxismo.

20 A obra *O capital: Crítica a Economia Política* - Livro I fora publicada originalmente em 1867. As edições que chegaram em terras tupiniquins baseia-se na 4ªed. Alemã (Todas, desde a feita pela Civilização Brasileira/Difel/Bertrand Brasil (desde 1967 até as mais recentes), como a tradução realizada pela Abril Cultural/Nova Cultural (1983; 1985; 1988; 1996) e a mais recente tradução feita pelo Editorial Boitempo (2012) . A quarta edição, difere da primeira edição, na redação do capítulo primeiro.

sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias e a mercadoria individual como a sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria” (MARX, 1996, p.165). O primeiro parágrafo *d’O Capital* de Marx é esclarecedor! Pois, fica claro como no modo de produção capitalista, a mercadoria é a célula básica de todo o sistema. Por isso, Rubin dedica toda a primeira parte de sua obra (sete capítulos) ao estudo rigoroso e sistemático da reificação das relações de produção e o fetichismo da mercadoria.

A análise do fetichismo da mercadoria é central para Rubin, suas conexões e desdobramentos com a Teoria do Valor desenvolvida por Marx não é mera perfumaria. Desta forma, Rubin conclui que: “A Teoria do Fetichismo da mercadoria é transformada numa teoria geral das relações de produção numa sociedade mercantil” (RUBIN, 1980, p.20).

Ao longo de todos os capítulos da primeira parte de sua obra, Rubin insiste na ideia do aspecto coisal, de como as relações sociais personificadas como relações entre coisas é mais do que o fundamento da ordem burguesa, nesta direção, como as relações de produção materiais tem sua especificidade histórico-social e neste sentido, fica claro que o fenômeno do fetichismo e da reificação é específico da sociedade burguesa, de acordo com o economista russo:

Na sociedade feudal as relações de produção entre as pessoas são estabelecidas com base na distribuição das coisas entre elas e pelas coisas, mas não através de coisas. Aqui as pessoas estão diretamente vinculadas umas às outras, ‘as relações sociais das pessoas em seus trabalhos revelam-se como relações pessoais suas, sem disfarçar-se de relações sociais entre coisas, entre os produtos do trabalho [...]’. [Por outro lado] a natureza específica da economia mercantil-capi-

Neste capítulo, na edição de 1867 não há subdivisão em itens, como não se apresenta a discussão sobre as formas do valor. Esta discussão sobre *as formas de valor* aparece como apêndice ao Livro. Por sugestão de Ludwig Kugelmann, Marx reelaborou a forma de apresentação do Primeiro Capítulo. Assim, a partir da segunda edição em alemão da obra marxiana, o capítulo primeiro aparece dividido em diversos sub itens, bem como, foi incorporado ao corpo do texto a discussão sobre as formas de valor e a criação do sub item intitulado: *o fetichismo da mercadoria e seu segredo*. Ver edição castelhana sob os cuidados de Pedro Scaron e sua equipe. MARX, Karl. *El capital. El proceso de producción del capital*. Tomo I/VOL 3. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores, 2011. (Especialmente, nota 313, p. 1087).

talista reside no fato de que as relações de produção *não são estabelecidas apenas pelas coisas, mas através de coisas* (RUBIN, 1980, p. 43. Grifos nossos).

Sem dúvidas, o argumento rubiniano é esclarecedor. Percebemos uma vez mais, que no modo de produção capitalista, necessariamente:

“as relações sociais de produção assumem, inevitavelmente, *uma forma reificada* e, na medida em que falamos das relações entre produtores mercantis individuais e não de relações dentro de firmas privadas isoladas, *elas só existem e se realizam desta forma*” (RUBIN, 1980 p. 24. Grifos nossos).

Contra qualquer naturalização oriunda da Economia Política clássica, Rubín demonstra como Marx rompe com esta visão estática e superficial. Sinalizando que as relações sociais de produção não são eternas, isto é, são constituídas socialmente e historicamente determinadas:

“a coisa adquire as propriedades de valor, dinheiro, capital, etc., não por suas propriedades naturais, mas por causa das relações sociais de produção as quais está vinculada na economia mercantil. *Assim, as relações sociais de produção não são apenas “simbolizadas” por coisas, mas realizam-se através de coisas*” (RUBIN, 1980, p. 26. Grifos nossos).

Evidentemente, sabemos que no bojo da Teoria do Fetichismo da Mercadoria e os desdobramentos verificados pelo fetichismo da forma-dinheiro, forma-capital, passando pela exacerbação do fetichismo nas formas fluídas de capital portador de juros e na forma de capital fictício configura-se um edifício teórico que demonstra como a Teoria do Fetichismo em Marx não é um mero apêndice da Teoria do Valor. E sim, como esta, se articula medularmente de forma necessária à problemática do Valor. Desta forma, os processos fetichizadores e reificantes comparecem inexoravelmente em todas as formas de capital vigentes na ordem burguesa regida pelo modo de produção capitalista.

No nosso entendimento, consideramos correto dizer a partir de Rubín que: sem a Teoria do Fetichismo, não se sustenta a Teoria do Valor em Marx, ela é central e não um mero apêndice metafísico como querem os economistas vulgares. É interessante sinalizar também que, na obra de Rubín há forte influência hegeliana da qual Marx é caudatário e que Lukács também foi herdeiro. Rubín compreendeu corretamente o método

de investigação social de Marx, em especial a unidade contraditória entre aparência e essência da realidade social. Por isso:

[...] a aparente contradição entre a “reificação das pessoas” e a “personificação das coisas” se resolve no dialético e ininterrupto processo de reprodução. *Esta aparente contradição se dá entre a determinação da forma social das coisas pelas relações de produção entre pessoas, e a determinação das relações de produção individuais entre pessoas pela forma social das coisas*” (RUBIN, 1980, p. 39. Grifos nossos).

Podemos novamente, reiterar a genialidade de Rubin, como a de Lukács, no que tange um dos pilares centrais da obra de Marx, como já foi dito, a perspectiva de método. Visceralmente, Rubin afirma: “é desta perspectiva que devemos entender a diferença frequentemente traçada por Marx entre: a ‘aparência exterior’, o ‘nexo externo’, a ‘superfície do fenômeno’, de um lado, e o ‘nexo interno’, o ‘nexo oculto’, o ‘nexo imanente’, a ‘essência das coisas’, de outro” (RUBIN, 1980, p. 39).

Embora, Rubin pareça ficar prisioneiro, o tempo todo no dilema que (na sociedade mercantil-capitalista as pessoas mantêm necessariamente relações de produção diretas enquanto proprietárias de mercadorias, proprietárias de coisas- personificação das coisas e materialização das relações sociais entre coisas)²¹ ele está elucidando, a partir das trilhas e das barbas

21 Rubin explica que: “Por ‘personificação das coisas’, Marx entendia o processo através do qual a existência de coisas com uma determinada forma social, capital, por exemplo, capacita seu proprietário a aparecer na forma de um capitalista e manter relações de produção concretas com outras pessoas” (Rubin, 1987: p. 35). Podemos perceber que a categoria de *Alienação* pouco comparece em sua obra, este fato ao nosso juízo, é decisivo para alçar a reificação num patamar superior de discussão. Assim, é possível ao nosso entendimento, ver vestígios dos quais o efetivo conhecimento e apreensão da categoria *Alienação* proporcionaria a Isaak Rubin dar um tratamento mais adequado e profundo à problemática da reificação (tratamento este, feito ainda que de forma profundamente hegeliana por Lukács em sua obra *H.C.C.* como explicitamos na primeira parte deste estudo): “[A] *personificação das coisas* permanece na superfície da vida econômica e pode ser diretamente *observada*. As coisas aparecem numa forma social pronta, influenciando a motivação e o comportamento dos produtores individuais. Este aspecto do processo *reflete-se diretamente na psique dos indivíduos* e pode ser diretamente observado. É muito difícil detectar a geração das formas sociais das coisas a partir das relações de produção entre pessoas. Este aspecto do processo, isto é, a reificação das relações de produção entre pessoas é o resultado heterogêneo de uma massa de transações, de ações humanas depositadas umas sobre as outras. É o resultado de um processo social que se realiza *às suas costas* [das pessoas], isto é, um resultado que não estava previamente

de Marx ao enigma do modo de produção capitalista, ou seja, a relação social de produção denominada capital e sua expressão concreta na efetiva ilusão de que as relações sociais de produção são entre coisas e não entre pessoas.

Queremos uma vez mais, chamar atenção para a perspectiva metodológica de Isaak Rubín que como já dissemos é análoga a de Lukács (Em *História e Consciência de Classe* especialmente no ensaio o que é o Marxismo Ortodoxo? mas não só). Ambos são herdeiros diretos de Marx, não fossilizaram, cristalizaram ou emascularam a perspectiva metodológica de Marx. Pelo contrário, romperam com as formas de abstrações feitas de forma idealistas e subjetivistas (Embora não possamos desconsiderar o hegelianismo de Rubín e de Lukács, que neste último levou-o a elaborações teóricas que afirmam o postulado hegeliano da identidade entre sujeito e objeto) Rubín, com muito traquejo demonstra a importância do chamado método²² materialista histórico-crítico elaborado por Marx, cujas abstrações enquanto mecanismos de apreensão do real vão além do caráter puramente formal:

Esse método trata as categorias materiais como reflexos das relações de produção entre as pessoas. E nesta natureza social das categorias materiais que Marx viu seus ‘nexos internos’ Os economistas vulgares estudam apenas as aparências exteriores, que são alheadas das relações econômicas [...] estudam a forma objetivada, pronta, das coisas sem captar o seu caráter social. Eles veem o processo de personificação das coisas que ocorrem na superfície da vida econômica, mas não tem ideia do processo de ‘reificação das relações de produção’ entre as pessoas. Eles consideram as categorias materiais como dadas, condições prontas do processo de produção que afetam as motivações dos produtores e estão expressas em suas consciências; não examinam o caráter dessas categorias materiais como resulta-

determinado como um objetivo. *Somente através de uma análise histórica e sócio-econômica Marx conseguiu explicar este aspecto do processo*” (RUBÍN, 1980, p 39. Grifos nossos).

22 O famoso texto: “Introdução [à Crítica da Economia Política]” foi descoberto em 1902 e publicado pela primeira vez em 1903 por Karl Kautsky na revista *Die Neue Zeit*. Em especial na parte intitulada: “O método da Economia Política”, Marx desenvolve suas mais ricas formulações sobre o método de investigação social. Sem sombra de dúvidas este texto foi central para os estudos feitos por Isaak Rubín. Seria desnecessário, afirmar que também em Lukács sua influência é central, haja vista, as inúmeras menções ao referido texto marxiano em sua Obra: *História e Consciência de Classe*.

dos do processo social. Ignorando este processo interno, social, eles se restringem aos nexos externos entre as coisas, embora este nexo apareça na concorrência. Na concorrência, então, tudo aparece às avessas, e parece sempre estar ao contrário. Assim, as relações de produção entre as pessoas parecem depender da forma social das coisas, e não o oposto (RUBIN, 1980, p. 40).

Reiterando como a perspectiva metodológica, dos chamados Economistas Vulgares naturalizam aquilo que é puramente social, não lhes permitindo assim compreender a efetividade da reificação das relações de produção:

Os economistas vulgares, que não compreenderam que o processo de personificação das coisas só pode ser entendido como resultado do processo de ‘reificação das relações de produção’, considerem a característica social das coisas (valor, dinheiro, capital, etc.) como características naturais que pertencem às próprias coisas. O valor, o dinheiro, etc., não são consideradas expressões de relações humanas ‘aderidas’ às coisas, mas como características diretas das próprias coisas, características que estão ‘diretamente interligadas’ às características técnico-naturais das coisas. Esta é a causa do fetichismo da mercadoria, característico da economia vulgar e do modo de pensar comum aos participantes da produção que se acham limitados pelo horizonte da economia capitalista (RUBIN, 1980, p. 40).

Concluindo assim, Rubin explicita a miopia e obtusidade da “chamada Economia Vulgar” em relação à efetiva apreensão das relações sociais sob a égide do modo de produção capitalista, suas palavras são plásticas e cristalinas:

A transformação das relações sociais de produção em propriedades sociais objetivas das coisas é um fato da economia mercantil capitalista e uma consequência dos nexos distintivos entre o processo de produção material e o movimento das relações de produção. O erro da economia vulgar não reside no fato de que ela dá atenção às formas materiais da economia capitalista, mas em não ver o vínculo destas com a forma social da produção e não as derivar desta forma social, e sim das propriedades naturais das coisas (RUBIN, 1980, p.41).

Em suma, por tudo o que dissemos sobre a questão da especificidade e superioridade do Método de Marx em relação aos Economistas Vulgares, Rubin relata em seu entendimento, qual seria o objetivo de Marx em seus estudos sobre a sociedade burguesa e a sua chamada Crítica da Economia Política:

O objetivo de Marx foi descobrir as leis de origem e desenvolvimento das formas sociais assumidas pelo processo de produção técnico-material a um dado nível de desenvolvimento das forças produtivas. [...] O que há de único, no método analítico de Marx, não consiste em seu caráter histórico, mas ainda em seu caráter sociológico, na profunda atenção que é dada às formas sociais da economia [...] Marx [...] começando de um determinado estado do processo material de produção, esforçou-se por explicar a origem e o caráter das formas sociais que são assumidas pelo processo material de produção. Começou pelas formas simples e, através do método genético ou dialético, prosseguiu até as formas de complexidade crescente. É por isso que, como dissemos anteriormente, o interesse dominante de Marx encontra-se nas ‘formas econômicas’, na determinação das ‘formas’ (RUBIN, 1980, p. 56-7).

Para Rubin, a revolução realizada por Marx consiste em:

[...] ele ter considerado as relações de produção sociais que estão por trás das categorias materiais. Este é o verdadeiro objeto de estudo da Economia Política enquanto ciência social. Com esta nova abordagem, os fenômenos econômicos aparecem sob uma nova luz, numa perspectiva diferente. As mesmas leis que haviam sido estabelecidas pelos economistas clássicos receberam um caráter e um significado inteiramente diferente, no sistema de Marx (RUBIN, 1980, p. 61).

Para concluirmos a nossa análise sobre a problemática da reificação das relações sociais e o fetichismo da mercadoria na obra de Isaak Rubin, verificamos que seu último capítulo da primeira parte de seu livro, *O desenvolvimento da Teoria do Fetichismo por Marx*, demonstra “todo o caminho percorrido por Marx”, isto é, a evolução de suas ideias nas suas obras anteriores até a sua *opus magnum*, *O Capital: crítica da Economia Política*.

Neste sentido, assim como para Lukács, Rubin (1980) elege a obra, a *Sagrada Família*, escrita por Marx e Engels, como o livro no qual aparece o embrião da sua Teoria do Fetichismo. Suas palavras revelam que:

Na realidade, encontramos nesta obra o embrião da teoria do fetichismo, na forma de um contraste entre relações sociais ou humanas e sua forma alienada, materializada. A origem deste contraste era a amplamente difundida concepção dos socialistas utópicos acerca do caráter do sistema capitalista. Segundo os socialistas utópicos, este sistema caracteriza-se pelo fato de que o operário é forçado a

auto-alienar sua personalidade, e aliena de si o produto de seu trabalho. A dominação das coisas, do capital sobre o homem, sobre o operário, expressa-se através dessa alienação (RUBIN, 1980, p.69. grifos nossos).

Seria desnecessário afirmar que Rubin fez jus ao tripé que segundo Lênin²³ (1983) e Netto (1985) edificam o marxismo e que a chamada tradição marxista que se reivindica herdeira de Marx necessariamente deve seguir (Teoria do Valor Trabalho, Método de Investigação e a Perspectiva da Classe Trabalhadora).

Evidentemente, sua obsessão *concentra-se em elucidar o papel central da construção da teoria do fetichismo e suas conexões com a Teoria do valor trabalho na obra de Marx*. Com este foco, Rubin argumenta: “Para transformar esta teoria da alienação das relações humanas numa teoria da reificação das relações sociais (isto é, na teoria do fetichismo da mercadoria), Marx teve de construir o caminho do socialismo utópico ao socialismo científico” (RUBIN, 1980, p. 71).

Sinalizando que:

A vida econômica da sociedade contemporânea é, por um lado, a totalidade das relações sociais de produção e, por outro, uma série de categorias materiais nas quais essas relações se manifestam. *As relações de produção entre as pessoas e sua forma material é o conteúdo de uma nova oposição, originada na oposição anterior entre o elemento humano na economia e suas formas alienadas. Desta forma foi encontrada a formulação do fetichismo da mercadoria* (RUBIN, 1980, p 71-2. Grifos nossos).

Assim, percebemos que para Rubin, a *teoria do fetichismo* desde sua gênese, evolução e consolidação na elaboração do pensamento de Marx levou mais de 20 anos e percorreu um caminho evolutivo perpassando diversas obras. Detalhando que:

A materialização das relações de produção não surge de hábitos, mas da estrutura interna da economia mercantil. O fetichismo é não apenas um fenômeno da consciência social, mas da existência social [...] esta formulação definitiva do fetichismo da mercadoria

23 Ver a obra: LENIN, V. I. *As três fontes e as três partes constitutivas do Marxismo*. 4 ed. São Paulo, Global, 1983. Para uma síntese destas ideias ver: NETTO, José Paulo. *O que é marxismo*. 2 ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.

[...] encontramos tanto no livro I de *O Capital*, quanto no capítulo sobre a fórmula trinitária, no livro III. Assim, em *A Sagrada Família*, o elemento humano na economia é contrastado com o elemento material, alienado, como um ideal frente à realidade. Na *Miséria da Filosofia*, Marx desvenda relações sociais de produção por trás das coisas. Em [Contribuição] *Para a Crítica da Economia Política*, a ênfase é colocada no caráter específico da economia mercantil, que consiste no fato de que as relações sociais de produção são reificadas. Uma descrição detalhada deste fenômeno e uma explicação de sua necessidade objetiva numa economia mercantil são encontradas no Livro I de *O Capital*, aplicadas principalmente aos conceitos de valor (mercadoria), dinheiro e capital. No livro III, no capítulo sobre a ‘A Fórmula Trinitária’, Marx dá um desenvolvimento adicional ainda que fragmentário, dos mesmos pensamentos aplicados às categorias básicas da economia capitalista, e enfatiza, particularmente, a fusão específica das relações sociais de produção com o processo de produção material (RUBIN, 1980, p. 73).

Por tudo isso que foi explicitado, a teoria do fetichismo em Marx engendra as condições efetivas para a mistificação, ilusão e aparente naturalização daquilo que é estritamente social. Neste sentido, concordamos com a argumentação precisa de Netto:

[...] as formulações sobre o fetichismo assumem um sentido e uma funcionalidade muito específicos: configuram uma caracterização global da positividade posta pelo capitalismo quando este atinge a sua maturidade plena. As formulações marxianas sobre o fetichismo estruturam uma teoria da positividade capitalista que é própria da sociedade burguesa constituída (NETTO, 1981, p. 73).

Considerações finais

Em suma, vivemos em tempos de brutal mistificação e manipulação marcados por uma hiper-reificação da vida e das práticas cotidianas, legitimadas e resignificadas pela metástase de signos, símbolos que conferem “sentido a vida real” plasmando assim as chamadas “Ideologias Pós-modernas²⁴”. Estas práticas, aparentemente conduzem para um completo

24 A temática sobre a chamada Pós-modernidade é muito vasta. Contudo, de caráter propedêutico sugerimos a leitura do excelente livro de David Harvey: *A condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992. Bem como, o trabalho de Terry Eagleton: *As*

imobilismo e resignação no campo da política, principalmente devido ao aprofundamento nos últimos 30 anos do chamado ideário das políticas econômicas de cunho neoliberalizante²⁵ e a crescente financeirização²⁶ da riqueza – binômio este que cimenta de forma ainda mais densa a chamada “decadência ideológica²⁷” fornecem a ilusão mistificadora que o único caminho possível é o da Barbárie. Ao nosso juízo, o combate concreto deve ser realizado não apenas na batalha das ideias, mas sim, nas práticas da realidade social.

Este lema exige esforços coletivos do conjunto da classe trabalhadora no sentido de universalizar demandas reais e efetivas. Nesta direção, mobilizar e aglutinar os segmentos mais combativos dos Movimentos da Classe Trabalhadora bem como os partidos de cariz classistas parafraseando Lênin: “não existe prática revolucionária sem teoria revolucionária” e ainda, o legado marxiano pautado no tripé: Teoria do Valor Trabalho, Perspectiva de Classe e o Método de Investigação para Netto (1985) é o núcleo duro que dá vida à chamada Tradição Marxista e esta tríade não se sustenta se um dos três elementos for eclodido ou corroído.

Estamos certos que todas as críticas e rótulos de: “esquerdistas”, “messiânicos”. “hegelianos”, “mencheviques” aos pensadores denominados por nós como os “Transgressores da Reificação” são infundadas. Como demonstramos, os núcleos centrais de suas obras continuam atualíssimos, e mais uma vez cabe reiterar que não são objetos de museus²⁸, muito pelo contrário.

ilusões do Pós- modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. E de caráter introdutório o estudo do Prof. João Emanuel Evangelista. *Teoria social Pós-moderna: uma introdução crítica*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007. E o denso posfácio de NETTO, J.P. IN: COUTINHO, C.N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2.ed. São Paulo, 2010.

25 A obra coletiva: *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*, trata de forma didática, porém não simplista esta questão. Sobretudo o texto de ANDERSON, P. “*Balço do Neoliberalismo* presente nesta coletânea.

26 Ver em especial os trabalhos de François Chesnais. *A mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1998. Como também o livro Organizado pelo analista Francês: *A finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo: 2005.

27 A temática encontra-se desenvolvida em LUKÁCS, Georg. *Marx y El Problema da la decadência ideológica*. Madrid, Siglo XXI, 1981. Também há uma excelente tradução deste texto em língua portuguesa. Trata-se do livro: LUKÁCS, György. *Marxismo e Teoria da Literatura*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

28 Uma observação que merece destaque é baseada no frontal ataque ao “positivismo de esquerda” das cartilhas que substituíram Marx por Lênin para depois substituir este por Stalin. A “fertilidade” de Marx é encontrada nas obras de Lukács e Rubin, em

Evidentemente, recomendamos um retorno às obras e autores supracitados não como um exercício de erudição ou de cunho nostálgico. Esta volta aos clássicos do chamado “Renascimento do Marxismo” (Lukács e Rubin) sinaliza que não concordamos com a tese da completa emasculação teórica e anacronismo de seus estudos. Em suma, enquanto existir o modo de produção capitalista, estas obras terão plena vigência e são necessárias como já afirmamos, enquanto ponto de partida para avançarmos teórica e politicamente na construção de ferramentas que visem a total ruptura da sociedade em que nas palavras de Marx “a riqueza social se apresente numa imensa coleção de mercadorias” e efetivamente vise construir “um mundo novo”, com uma nova sociabilidade que não seja pautada pelo valor de troca, pelo trabalho abstrato, enfim, pelo encantamento e mistificações fetichistas e reificantes.

Por isso, voltarmos aos autores que de forma inédita em seu tempo histórico configuraram-se como os “*Transgressores da Reificação*” e cada um ao seu modo e fazendo jus à tradição marxista nos forneceram pistas para enfrentarmos o problema do fetichismo da mercadoria e a reificação das relações sociais de produção. Em um estudo feito há mais de trinta anos, Netto (1981) sinaliza o peso cada vez crescente dos processos de reificação presentes no mundo contemporâneo no qual “as manifestações reificadas configuram-se com positividade e pseudo-objetividade no capitalismo tardio”. Detalhando que:

[...] exclusivamente os recursos heurísticos contidos nas formulações sobre o fetichismo da mercadoria podem abrir a via à sua compreensão, porque o que aqui se universalizou, na imediatividade da vida social, são os processos alienantes e alienados peculiares ao modo de produção capitalista, os que se encontram na base do mistério da forma mercadoria - que, então dominam toda a organização social. Tais processos[de reificação] não envolvem apenas os produtores diretos: penetram e conformam a totalidade das relações de produção social e das relações que viabilizam a sua reprodução. Sob o salariato não se encontra mais apenas a classe operária, mas a esmagadora maioria dos homens, a rígida e extrema

especial, os primeiros capítulos d’*O Capital*... representam as melhores linhas de Marx a que eles tiveram acesso em sua época histórica. Pensamos que o cerne da discussão seja esta. Nesta direção, Lukács e Rubin não optaram pelo caminho do revisionismo ou da cartilha, como tal, não foram filósofos, juristas ou economistas profissionais e sim teóricos e militantes de uma práxis concreta que efetivamente resgata o sentido de crítica, da teoria social engendrada e desenvolvida por Marx.

divisão social do trabalho subordina todas as atividades produtivas e improdutivas, *a disciplina burocrática transcende o domínio do trabalho para regular a vida inteira de quase todos os homens, do útero à cova* (NETTO, 1981, p. 82. Grifos nossos).

Ao nosso juízo, há indícios e total aderência no mundo real para a reflexão teórica e um “retorno aos estudiosos clássicos” do fenômeno do fetichismo da mercadoria e da reificação. Como Marx nos ensinou desde 1844 em seu texto: *Introdução para a Crítica da Filosofia do direito de Hegel: “Não basta que o pensamento tenda à realidade, é necessário que a realidade tenda ao pensamento”*.

Em suma, defendemos que a leitura e o estudo rigoroso/sistemático das obras aqui analisadas singelamente, poderão fornecer pistas na possibilidade real de “descortinar” alternativas concretas e caminhos possíveis para todos aqueles que lutam pela transformação da sociedade, ou seja, superação da ordem burguesa via um projeto político pautado na efetiva emancipação humana, noutras palavras, no Comunismo.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, P. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BRISSAC PEIXOTO, N. *A Sedução da Barbárie: o marxismo na modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1998.
- CHESNAIS, F. (org). *Afinança Mundializada*. São Paulo: Boitempo: 2005.
- CUTLER, A. et al. *O Capital de Marx e o Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- GOLDMANN, L. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HELLER, A. *Sociologia de la vida Cotidiana*. Barcelona: Península. 1977.
- HELLER, A. *Cotidiano e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- JAMESON, F. *História e consciência de classe como “projeto inacabado”*. In. Revista Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Serviço Social – vol. 20, nº1 (2010). Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós Graduação, 2010. p.109-124.
- KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1976.
- KONDER, L. *Lukács*. Porto Alegre: LP&M, 1980.

- LENIN, V. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. 4 ed. São Paulo; Global, 1983.
- LOWY, M. *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários*. São Paulo: LECH, 1979.
- LUKÁCS, G. *História e Consciência de Classe*. Porto/Portugal: Escorpião, 1974.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. 2 vols. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARX, K. *El Capital: crítica de la economía política*. Livro I, Livro II e Livro III. 8 vols. Buenos Aires/Argentina: Siglo Veintiuno Editores, 2004.
- MARX, K & ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Sundermann, 2003.
- MERQUIOR, J. G. *O marxismo ocidental*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- MÉSZÁROS, I. *Marx: A teoria da Alienação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- NETTO, J.P. *Capitalismo e Reificação*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- NETTO, J.P. *O que é o marxismo?* 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- NETTO, J.P. *Introdução ao estudo do Método de Marx*. São Paulo, Expressão Popular, 2011.
- NETTO, J. P. *posfácio* In: COUTINHO, Carlos N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2.ed. São Paulo: 2010.
- PERLMAN, F. *El feticchismo de la mercancia*. IN: RUBIN, Isaak. I. *Ensayos sobre la teoría Marxista del Valor*. Córdoba/Argentina: Pasado y Presente: 1974.
- RUBIN, I. *A Teoria Marxista do Valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

* Fernando Leitão Rocha Junior é Doutor em Serviço Social pela UFRJ, Mestre em Economia Política pela PUC/SP, Professor do Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade do ICET/UFVJM, Professor Adjunto III do Curso de Ciências Econômicas da UFRJ, Pesquisador do Grupo de Estudos de Crítica à Economia Política – GECEP/UFVJM e Pesquisador do Núcleo de Estudos em Trabalho, Saúde e Subjetividade – NETSS/ UNICAMP. <fernm16@yahoo.com.br>

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Carlos Antônio Levi da Conceição
PRÓ-REITORA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Débora Foguel

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DIRETORA**

Mavi Pacheco Rodrigues

VICE-DIRETOR

Marcelo Braz

**DIRETORA ADJUNTA
DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Rosana Morgado

EDITORES

José María Gómez (ESS - UFRJ)

José Paulo Netto (ESS - UFRJ)

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes
(ESS - UFRJ)

Myriam Lins de Barros (ESS - UFRJ)

COMISSÃO EDITORIAL

Luis Eduardo Acosta Acosta (ESS-UFRJ)

Rogério Lustosa Bastos (ESS-UFRJ)

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT, Coimbra-Portugal), Ana Elizabete Mota (UFPE-PE), Antonia Jesuíta de Lima (UFPI-PI), Berenice Couto (PUC-RS), Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-Portugal), Cibele Rizeck (USP-SP), Cleusa dos Santos (UFRJ-RJ), Consuelo Quiroga (PUC-MG), Denise Bomtempo Birche de Carvalho (UNB-DF), Edésio Fernandes (University College London - Inglaterra), Elizete Menegat (UFJF-MG), Helena Hirata (GEDISST-GNRS-França), Ivete Simionatto (UFSC-SC), José Fernando Siqueira da Silva (UNESP-SP), Júlio de Assis Simões (USP-SP), Leilah Landim (UFRJ-RJ), Liliane Capilé Charbel Novaes (UFMT-MT), Marcelo Badaró (UFF-RJ), Margarita Rosas (Universidad de La Plata-Argentina), Maria Carmelita Yasbeck (PUC-SP), Maria da Ozanira Silva e Silva (UFMA-MA), Maria das Dores Campos Machado (UFRJ-RJ), Maria Liduína de

Oliveira e Silva (UNIFESP-SP), Maria Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP), Maria Lucia Martinelli (PUC-SP), Maria Lúcia Weneck Vianna (UFRJ-RJ), Michael Lowy (EHESP-França), Monica Dimartino (Universidad de La Republica de Uruguay-Uruguai), Neli Aparecida de Mello (USP-SP), Potyara Amazoneida Pereira (UnB-DF), Ricardo Antunes (UNICAMP-SP), Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ), Salviana Pastor Santos Sousa (UFMA-MA), Sérgio Adorno (USP-SP), Sueli Bulhões da Silva (PUC-RJ), Sulamit Ramon (London School of Economics-Inglaterra), Valéria Forti (UERJ-RJ), Vera da Silva Telles (USP-SP), Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA), Vicente de Paula Faleiros (UnB-DF).

ASSESSORIA TÉCNICA

Fábio Marinho

Márcia Rocha

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Maria de Fátima Migliari

PESQUISA DE IMAGENS

Márcia Rocha

**DESIGN EDITORIAL
E DIAGRAMAÇÃO**

Fábio Marinho

WEB DESIGN

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
praiavermelha.ess.ufrj.br

Foto de Capa: Manfred Brückels